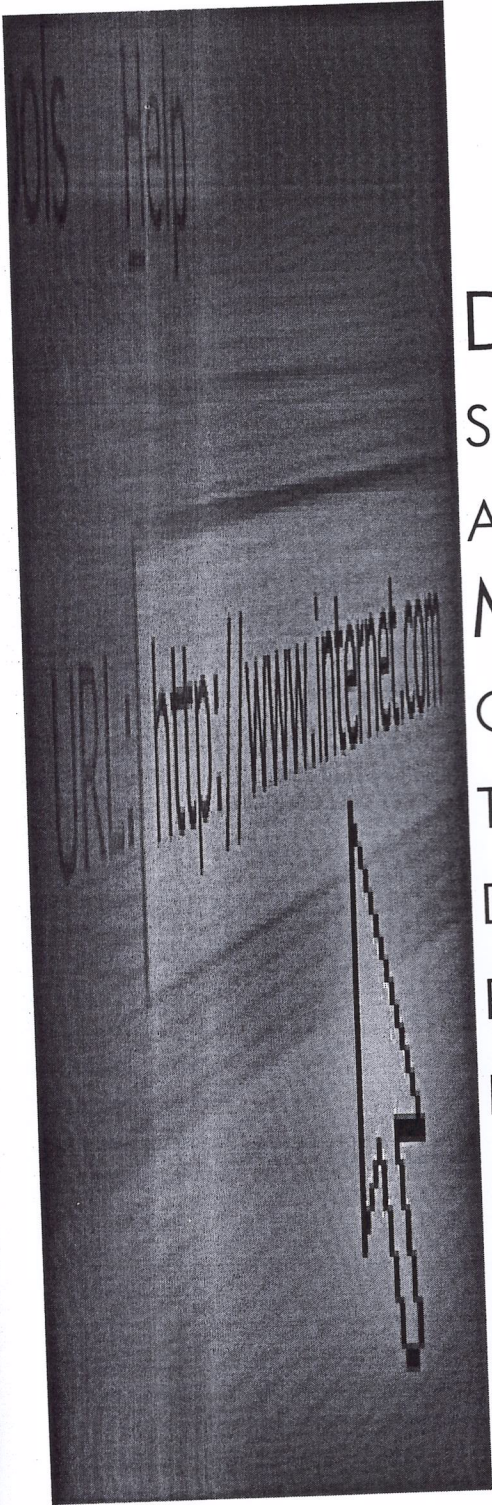


ARTE E CULTURA DA AMÉRICA LATINA

Sociedade Científica de Estudos da Arte

Volume XX

2º semestre de 2008



ARTIGO

3

DOCUMENTOS
SONOROS DO
ARQUIVO DO
MAC USP –
O PAPEL DA
TECNOLOGIA E
DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS NA
DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO

Silvana Karpinski
Luzia Aparecida Ferreira
Ricardo Neves Streich

Resumo

Neste artigo discutir-se-á algumas das limitações da "era digital", tendo como ponto de partida as reflexões realizadas na construção do novo banco de dados para documentos sonoros do Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave

Documentação Sonora, Internet (Uso), Processamento de Dados, Tecnologia da Informação, Políticas Públicas-Cultura.

Abstract

This article will be discuss some of the limitations of the "digital era", starting from the considerations made during the construction of the new database for the sound archives the Museum of Contemporary Art of the University of São Paulo.

Key-words

Sound Archives, Internet (Use), Data processing, Technology of the Information, Public-Culture politics.

Silvana Karpinski
Luzia Aparecida Ferreira
Ricardo Neves Streich

Doutora em História Social
pela Universidade de São
Paulo, Especialista em
Documentação Museológica,
Vice-coordenadora da Divisão
Técnico-Científica de Acervo
do Museu de Arte
Contemporânea e responsável
pelo Arquivo do MAC USP.
dean@usp.br

Doutora em Ciências da
Comunicação, Especialista
em Políticas Públicas e Gestão
para Cultura. Analista de
Comunicação da Divisão
Técnico-científica de Acervo do
Museu de Arte
Contemporânea, responsável
pela incorporação Coleção do
Banco Santos.
liafera@usp.br

Bacharelando do
Departamento de História da
FFLCH da Universidade de São
Paulo e bolsista no Arquivo do
Museu de Arte Contemporânea

O Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, criado em 1963, inicialmente para abrigar a coleção transferida do Museu de Arte Moderna de São Paulo, foi ao longo de sua existência definindo sua própria personalidade no mundo das artes e da pesquisa universitária.

A documentação acumulada pelo Museu nestes 45 anos de existência, mais os arquivos e coleções privadas que se encontram sob seus cuidados, possuem um potencial sem precedentes para aqueles que se dedicam à pesquisa da arte, especialmente do século XX.

É por meio destes documentos que podemos acompanhar as várias atividades desenvolvidas pelo Museu, que expressam além da evolução e funcionamento da Instituição, as mudanças no cenário artístico, sociocultural e político no país e no mundo.

O Arquivo do MAC USP, implantado em 1996, cuida desta documentação. Para isso ocupa uma área com cerca de 230 metros lineares, composta por fotos, correspondências, projetos, áudios, cartazes, entre outros. É sua função – não só organizar e preservar, mas divulgar e difundir o seu acervo.

Este artigo foi desenvolvido a partir da conferência "Tratamento de Documentação Sonora do Arquivo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo", proferida na 60ª reunião da SBPC – auditório do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, no dia 15 de julho de 2008. Apresenta algumas das questões que envolvem o processamento da documentação sonora do Arquivo¹ com a intenção de discutir os problemas relacionados à divulgação e difusão do conhecimento a partir das novas perspectivas oferecidas pelas ferramentas tecnológicas e dos recursos de comunicação e informação propiciados pelo uso das redes de computadores.

1. O "Projeto de Atividades do Arquivo do MAC USP", sob coordenação geral da Professora Doutora Lisbeth Rebollo Gonçalves foi apoiado financeiramente pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e concebido para revisar os parâmetros que guiaram o processamento técnico da documentação sonora.

A principal preocupação que nos motivou a propor uma nova estrutura para o banco de dados do gênero sonoro, que era utilizado desde 1998, foi a de revisar os parâmetros que nortearam o processamento técnico da documentação, a fim de definir um instrumento de acesso e pesquisa que permitirá melhores condições de gerenciamento da documentação, como também oferecer ao pesquisador um leque maior de opções no que se refere aos dados de conteúdo da documentação.

Para tanto usamos o recurso tecnológico que já possuíamos no Arquivo, o Programa ACCESS da Microsoft Office, levando em consideração que posteriormente, os dados, serão migrados para um novo gerenciador de banco de dados, provavelmente apoiado na linguagem SQL.

A estrutura do banco de dados foi definida basicamente a partir de campos para registro de dados numérico e de texto. Observamos que para definir os padrões de alguns campos utilizamos algumas propostas de descrição mais flexíveis do que aquelas definidas pela NOBRADENorma Brasileira de Descrição Arquivística e nos apoiamos nos resultados obtidos a partir do trabalho realizado no acervo do Instituto Fernando Henrique Cardoso².

A estrutura do banco foi pensada com intuito de que futuramente os documentos possam ser relacionados aos outros gêneros documentais, de maneira que o pesquisador possa acessar mecanismos de recuperação que proporcionem resultados que contemplem todo o potencial do acervo.

No entanto, a partir do momento em que passamos a analisar o conteúdo das gravações observamos, por exemplo, que para definir os descritores e elaborar o resumo, o profissional encarregado deste trabalho se transformava também em um protagonista. Ele é também um sujeito do presente. Deste modo, suas preocupações estão também alicerçadas na sua origem sócio cultural. Podemos dizer que ao processar a informação, especialmente para os campos que requisitam maior flexibilidade de interpretação, a ação é datada historicamente, mas a concepção do alcance desta ação não é mero exercício de subjetividade, mas sim de perceber que embora se aspire à neutralidade e a universalidade do conhecimento, isto não acontece de fato.

Pensar a busca pela universalidade do conhecimento – que atualmente tem como seu maior símbolo a rede mundial de computadores – é também tratar das questões relacionadas à difusão e divulgação de

informações contidas em documentos de acervos arquivísticos e implica refletir também sobre os limites impostos pelo “universo sem fronteiras” da “sociedade digital”.

Deste modo, se os profissionais dedicados ao processamento de acervos arquivísticos tratam a documentação com a intenção de propiciar o acesso aos acervos de memória documental produzidos no âmbito social, sejam eles de natureza pública ou privada, ao falarmos propriamente das tarefas envolvidas na descrição de acervos observamos que criar instrumentos de acesso significa, em última instância, proporcionar aos usuários meios que os habilitem a pesquisar as fontes de forma mais autônoma e independente.

Porém, gostaríamos de anotar que estes instrumentos, apesar do controle proporcionado pelas regras nacionais e internacionais, trazem em seu interior, de uma maneira ou de outra, a reflexão daqueles que elaboram as regras e também a dos profissionais que selecionam a informação que deve ser disseminada.

O que queremos apontar quando mencionamos este procedimento? Que se o Arquivo é produto do seu tempo, o processamento da informação a ser difundida é também um ato histórico. Portanto, ao falar do ato de processar informação, falamos das ações dos seres humanos e, mais do que isso, falamos a partir do presente.

Sobre este aspecto rememoramos as palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses, proferidas em sua Conferência “Paradoxo da Memória” acontecida no SESC em 2006, quando nos fala da natureza do documento enquanto objeto histórico, afirma: “é um objeto do meu presente, funciona no meu presente, na minha contemporaneidade”³.

Desta forma, acreditamos que é na interlocução, no presente, do pesquisador e do profissional que podemos articular os caminhos de pesquisa.

Partindo deste pressuposto, compreendemos que o documento só realiza seu papel de objeto de pesquisa, na medida em que for contextualizado e posicionado de acordo com as interrogações dos agentes do conhecimento, ou seja, os sujeitos envolvidos no ato de processar e no de pesquisar.

Partindo então, da constatação de que as soluções são datadas e históricas, podemos afirmar, a partir daí, que a neutralidade e a proposta de uma

3. *Memórias e Cultura: A importância da memória na formação cultural*, 2007, p. 33.

universalidade do conhecimento possuem barreiras, e elas já podem ser identificadas no momento em que observamos a forma como são processadas a documentação e a informação.

Aliás, observamos que mesmo a definição do conceito de informação ainda não encontrou o consenso na área de humanidades. Alexander Goulart nos fala em mais de 400 definições do termo. Ainda sim, o autor procura pontuar que “a informação é uma resposta a uma questão formulada, uma novidade verídica que reduz a incerteza e nos ajuda num processo decisório”⁴. Já IANNI (2000), salienta o aspecto conflituoso no processo de circulação da informação quando afirma que no diálogo entre intérprete e leitor há convicções, interrogações e inquietações.

Assim, as possibilidades em torno de uma interação totalmente harmoniosa entre o emissor e o receptor da informação, por exemplo, na rede mundial de computadores, não é real.

Neste processo a linguagem tem um papel fundamental e por ser componente direto da cultura tem muito peso na construção de uma nova percepção do espaço e dos povos que o habitam, o que inclui imaginar, por exemplo, o fim dos estados nacionais, das barreiras de mercado e até mesmo das culturas locais em prol de uma sociedade global.

O reordenamento da percepção tempo-espacial tem como início o *boom* da informática e das telecomunicações, que acontece num momento de transformação capitalista pautada principalmente na reestruturação da produção, em uma brusca evolução tecnológica, além de um rearranjo da ordem política mundial – trata-se, na caracterização de algumas linhas teóricas, do desenvolvimento econômico sem um equivalente aumento do poderio militar de alguns países, como é o caso do Japão.

O desenvolvimento de potências econômicas sem respaldo bélico é a base do que mais tarde será conhecido como mundo multipolar. No desenvolvimento desta “nova ordem mundial” – por ser a esfera econômica dotada de grande autonomia – o acesso à informação acaba por ocupar um lugar privilegiado.

É na “Sociedade da Informação” que ocorre a massificação do uso do meio digital que, como nos lembra o autor de Leitores, espectadores e internautas, “incrementa os intercâmbios de livros, revistas e espetáculos, mas, acima de tudo, está criando redes de conteúdos e formatos elaborados a partir da circulação midiáticoeletrônica. Está modificando, assim, os estilos de interatividade.” (CANCLINI, N. G., 2008, p. 53).

4. GOULART, A. Disponível em sítio da Internet.

Alguns conceitos foram cunhados a fim de entender estas novas formas de interatividade. Destacaremos dois deles: o primeiro é a chamada web 2.0⁵, que diz respeito à mudança de paradigma no modo de se usar a internet, visto que agora este ocorre primordialmente em função da interatividade entre os usuários. São exemplos desse novo jeito de encerrar a web os compartilhadores de arquivos, como *e-mule* e *torrent*, as redes sociais como o *myspace* e o *orkut*, além dos *blogs* com comentários.

A websemântica⁶, ou como preferem alguns a web 3.0, por sua vez é uma concepção de internet, que busca repensar o uso de metadados na rede. O que significa atribuir representações semânticas mecanizadas, para que conjuntamente com as ontologias, os computadores possam, por exemplo, entender os vários significados de palavras homônimas e, conseqüentemente, aumentar a precisão dos mecanismos de busca do mundo digital.

Nesse contexto de intensa interatividade e de possibilidades de recuperação de dados cada vez mais precisas, estas sofisticações aprofundam a relação do ser humano com a tecnologia. Deste modo a crescente capacidade de armazenamento de dados faz com que a recuperação dessas informações seja também cada vez mais mediada pelos avanços tecnológicos.

Essa dependência da tecnologia tão característica da contemporaneidade é uma evidência do ambiente marcado pela “fragmentação do sujeito” e da sua percepção do mundo, ou seja, vive-se hoje num “presente eterno”⁷ cujas verdades são provisórias.

Essa despreocupação com a memória, que tem como um dos seus reflexos os chamados “vazios contemporâneos”, é compensada por uma busca de prazer momentâneo que cumpre o papel de atribuir um novo significado à vida dos indivíduos. Impossibilitados de fazer a ligação entre presente, passado e futuro, este indivíduos a todo instante precisavam refazer o percurso da satisfação momentânea, quase que numa realidade estetizada.

Esta “estetização da realidade”, que atinge um nível não imaginado pelo criador do termo Walter Benjamin, tem como símbolo o “fazer tudo ao mesmo tempo”, tão típico da internet, na qual nenhuma argumentação se aprofunda, provocando uma abreviação do tempo dos sentimentos e da reflexão.

5. PRIMO, A., 2007.

6. FERREIRA, E. C. H. G., 2006.

7. Ver IANNI, O., 2000.

Deste modo, a tendência destas pessoas ao adentrarem o mundo digital é reproduzir interesses construídos em sua vida *offline*, e muitas vezes, acaba caindo na já citada busca desenfreada pelo prazer e não necessariamente de utilizar estas novas formas de comunicação de maneira crítica ao assimilar novas informações e interesses. Ainda assim, algumas vertentes teóricas falam numa “democracia digital”, na qual os indivíduos com acesso à informação automaticamente exerceriam “novas formas de democracia”, o que significa, em última instância, pressupor uma racionalidade inerente ao ser humano, na medida em que basta o acesso à informação para que o usuário a utilize de maneira mais funcional possível.

Não se trata de negar aqui as potencialidades do desenvolvimento tecnológico, mas pelo contrário de conhecer seus limites para usá-lo de maneira mais crítica. Ou seja, entender que se o usuário não souber conduzir suas buscas e não for capaz de fazer interações interpretativas, correrá o risco de compreender este universo como a Meca de todas as respostas, por meio deste intrincando mundo do texto, do hipertexto, da imagem, da realidade virtual e dos *links* sem limites. Sobre esta ilusão, CANCLINI (2008), ainda alerta de que esse tipo de viagem errática confunde profusão com realidade e dispersão com o fim do poder.

Estas grandes questões da sociedade contemporânea não podem ser respondidas se a circulação da informação for analisada como esfera autônoma da sociedade. Os vários programas de inclusão digital – entendida aqui, não como aquela que apenas proporciona o acesso à rede mundial de computadores, mas também como o estímulo ao seu manuseio crítico. Nesse sentido, entendemos que são excelentes as proposições surgidas no tocante às políticas públicas para a gestão da cultura, que apoiadas na multidisciplinaridade buscam resolver estas grandes questões.

Daí a importância de sabermos qual(is) a(s) política(s) pública(s) será capaz de fornecer o suporte para amparar, não apenas os modos de disseminação do conhecimento na rede internacional, mas que capacite os usuários a utilizá-la de maneira efetivamente crítica. Para que isso se torne realidade é necessário um debruçar sobre um plano de gestão que crie regras que possam ser transformadas em políticas públicas.

As políticas públicas precisam, contudo, dialogar com as especificidades de cada Instituição cultural. O Plano Nacional de Cultura que vem sendo distribuído pelo Ministério da Cultura para o fomento do debate nacional sobre o assunto contempla a ideia de que as regras só podem ser elaboradas depois de consultas aos envolvidos na questão.

No caso de um acervo de museu conforme já discutido acima, não temos dúvidas de que isso passa necessariamente pela inserção de uma normatização específica, no Plano Nacional de Cultura que vem sendo distribuído pelo Ministério da Cultura para debate o debate nacional. Essas regras somente poderão ser apontadas após a consulta aos envolvidos na questão.

É com esse espírito que devem ser pensadas as Políticas Públicas e a Gestão para a Cultura nos Museus. A discussão realizada sobre a elaboração do novo banco de dados do Museu de Arte Contemporânea nos mostra os subsídios que o Especialista em Documentação Arquivística, pode oferecer, por exemplo, na construção de uma Política Pública que verse sobre o caráter público do Museu e a internet. Esta gestão normatizada, elaborada em conjunto com os especialistas que vivem e movimentam as Instituições Culturais, deve ter em vista não apenas sua implementação, mas também seu aprimoramento constante que somente ocorrerá mediante correções necessárias no decurso de todo processo.

Por outro lado, quando falamos em Gestão da Política Pública para Cultura, necessariamente temos que nos remeter às leis que fornecem sua fundamentação⁸.

No caso brasileiro então, temos a primeira base na Constituição Federal onde podemos ver os vários artigos que tratam da temática. Neles vemos os conteúdos legitimados das políticas públicas concretizadas que são em última instância um desfecho do jogo político, embora ainda estejam necessitando de implementação. Qual a real importância disso, podemos questionar? Simplesmente são essas normas as que acabam determinando os programas de ação governamental. Mesmo que na maioria das vezes, esses sejam, iniciados, interrompidos, alterados ou até mesmo tenham prosseguimento. Seria o que em inglês se denomina; *policy* e que fazem parte do arcabouço constitucional definindo assim, a política competitiva e o espaço possível da produção de políticas públicas, bem como a função do gestor cultural.

A efetivação da profissionalização do gestor cultural como agente de transformação social, os processos envolvidos em sua dinâmica nos remetem às questões relativas à utilização de ferramentas tecnológicas apontadas acima. Uma vez, que essas mesmas ferramentas tem modificado consideravelmente também as relações dos profissionais envolvidos com

8. Foi isso que fez a Revista do Museu colocar on-line os artigos da Constituição que dizem respeito, mais de perto, à temática.

Referências bibliográficas

- a gestão cultural dos museus devemos buscar normatizar o seu uso por meio das políticas públicas coerentes com a nossa realidade.
- Outro fator a considerar é o surgimento das redes de gestores da área cultural cuja consolidação se deu por meio da ação promovida pela Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI, em 2001. Essa data é considerada um marco importante por ter possibilitado colocar em rede os vários agentes culturais na tentativa de iniciar um sistema. Isso permitiu criar vínculos e compartilhar experiências que são as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de atividades culturais locais sem que, no entanto, uma ação seja sobreposta a outra, mas sim, somadas.
- É interessante que mesmo existindo outras redes de gestores mais antigas, é na Rede Ibero-americana de Formação em Gestão Cultural, a IBERFORMAT que são encontrados, por exemplo, os vários treinamentos presenciais que possibilitam as trocas de experiências dos vários membros que pertencem a essa Rede. Isso é possível, pois a Rede conta com apoio integral da Organização do Estados Ibero-americanos – OEI, a qual possui um projeto específico denominado: “Pensar Ibero-América”, cujo objetivo é a consolidação de um espaço Ibero-americano para o desenvolvimento da diversidade num ambiente de cooperação, solidariedade e autonomia dos agentes culturais.
- A difusão do conhecimento não é um fim em si mesmo. Por isso a importância de se pensar o papel dos Gestores Culturais e dos Especialistas – justamente por serem estes que fornecem os elementos de uma transversalidade concreta dos diversos campos do conhecimento – nos processos de elaboração de Políticas Públicas para Instituições Culturais. É nesse contexto que deve se fazer um uso crítico da tecnologia para que os agentes culturais e o conhecimento possam efetivamente se tornar pilares para a transformação social.
- ANDRADE, N. S. Multimídia para Acesso a Acervos Históricos. Disponível em: http://www.npdi.dcc.ufmg.br/publicacoes/revIP02_spangler.pdf. Acesso em 14 abril 2008.
- ANTONIO, I. Autoria e cultura na pós-modernidade. *Ciência da Informação*, Brasília, 1998, vol.27, nº 2, p.nd.
- ARQUIVO NACIONAL. CONARQ. Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/nobrade.pdf>. Acesso em 14 abril 2008.
- ATAIDE, M. E. M. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília, vol.26, nº 3, set./dez., 1997.
- BALBONI, M. R. Por detrás da inclusão digital: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2007.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Divisão de Música e Arquivo Sonoro. Disponível em: <http://www.bn.br/fbn/musica/portugueses.htm>. Acesso em 14 abril 2008.
- BRITISH LIBRARY. Archival Sound Recording. Disponível em: <http://sounds.bl.uk/>. Acesso em 14 abril 2008.
- CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. *Tempo e circunstância: uma abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CANCLINI, N. G. Leitores, espectadores e internautas. Trad. Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- COELHO, F. C.; PICCINO, E. Arquivo Sonoro e acesso à música popular no Brasil. Um estudo de caso do Projeto de Preservação e Digitalização do Acervo da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural São Paulo. Disponível em: [http://www.hist.puc.cl/iaspm/rio/Anais2004%20\(PDF\)/FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf](http://www.hist.puc.cl/iaspm/rio/Anais2004%20(PDF)/FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf). Acesso em 14 abril 2008.
- COLIMBO, F. *Os Arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1991.

COUTO, C. G. Constituição, competição e políticas públicas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Print ISSN 0102-6445, nº 65, São Paulo, mai./ago., 2005.

EISENBERG, J. Internet, democracia e República. *Dados*, 2003, vol. 46, nº 3, p. 491-511.

FERNEDA, E. *Recuperação da informação: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2003.

FERREIRA, E. C. H. G. *Geração Automática de metadados: uma contribuição para a web semântica*. Tese (Doutorado em Engenharia), Escola Politécnica da USP. São Paulo, 2006.

FERREIRA, L. A. Políticas Públicas pra a Cultura na Cidade de São Paulo: A Secretaria Municipal de Cultura - Teoria e Prática. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da USP. São Paulo, 2006.

FONSECA, M. O. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, vol.28, nº 2, p. 146-154, Brasília, maio, 1999.

FREIRE, I. M., NATHANSON, B. M., TAVARES, C. et. al. Estudos de usuários: padrão que une três abordagens. *Ciência da Informação*, vol.31, nº 3, p. 103-107, Brasília, set./dez., 2002.

GÓMEZ, M. N. G. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. *Ciência da Informação*, Brasília, vol. 33, nº 1, p. 55-67, jan./abr., 2004.

GOULART, A. Informação: precisamos definir este termo. Disponível em <http://observatório.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=286dac002#>, Acesso em 12 de julho de 2008.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). *Ciência da Informação*, vol.27, nº 3, p. 243-252, Brasília, setembro, 1998.

KARPINSCKI, S. Laboratório do Arquivista: FAPESP a Constituição dos Arquivos Permanente e Intermediário, e o Processo de Avaliação, Seleção e Descarte. Mestrado (História Social), Faculdade de Filosofia Ciência e Letras Humanas, Departamento de História da USP, 1995.

LASTRES, H. M. M. Informação e conhecimento na nova ordem mundial. *Ciência da Informação*, vol.28, nº 1, p. 72-78, Brasília, maio, 1999.

LANZELOTTE, R. S. G.; ULHOA, M. T. de; BALLESTÉ, A. O. Sistemas de Informações Musicais - disponibilidade de acervos musicais via Web. Disponível em http://www.anppom.com.br/opus/opus10/b_rosana.pdf. Acesso em 14 abril 2008.

LOPES, R. S. *Informação, conhecimento e valor*. Tese (Doutorado em Filosofia), Departamento de Filosofia da FFLCH da USP. São Paulo, 2006.

MARTINS, I. G. S. e MARTINS, R. V. G. S. Privacidade na comunicação eletrônica. *Ciência da Informação*, vol 30, nº 1, p. 13-18, Brasília, jan./abr., 2001.

MARTINS FILHO, P. Direitos autorais na Internet. *Ciência da Informação*, vol. 27, nº 2, p.183-188, Brasília, maio, 1998.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. *Ciência da Informação*, vol.29, nº 2, p. 78-88, Brasília, mai./ago., 2000.

MEMÓRIAS E CULTURA: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA FORMAÇÃO CULTURAL. Danilo Santos de Miranda (org.). São Paulo, Edições SESC SP, 2007.

MOMA. THE MUSEUM OF MODERN ART. Archives Home. Sound Recording of Museum. Related Events in the Museum of Modern Art. Disponível em <http://www.moma.org/research/archives/EAD/SoundRecordingsf.html>. Acesso em 14 abril 2008.

ORTIZ, R. Mundialização da cultura. Brasiliense, São Paulo, 1994.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. E-Compôs, vol. 9, p. 1-21, Brasília, 2007.

SILVA, J. F. M. A. *Internet - Biblioteca - Comunidade Acadêmica: conhecimentos, usos e impactos; pesquisa com três universidades paulista (UNESP - UNICAMP - USP)*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2001.

Cultura Levada a Sério. Artigos da Constituição Brasileira. Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/constituicao/artigosconstit.htm>. Site visitado em 10 de julho.

PORTAL. IBEROAMERICANO DE GESTIÓN CULTURAL. Ofrece un sistema especializado de información, difusión y reflexión cultural. Disponible en www.gestioncultural.org.